

FUNARO: A PROVA DE FOGO.

Em Washington, ele explica às autoridades monetárias como pretende renegociar a dívida.

Nos três encontros mais importantes de sua atual viagem, todos estes hoje em Washington, o ministro da Fazenda, Dilsun Funaro, irá reafirmar à comunidade financeira internacional que o Brasil pretende cumprir todos os seus compromissos, embora espere a compreensão dos credores para a gravidade de sua situação atual. Funaro, que chegou hoje cedo à capital americana e segue amanhã para a Europa, vai entrevistar-se logo de manhã com o secretário do Tesouro, James Baker, com o subsecretário de Estado, John Whitehead, e com o presidente da Reserva Federal, Paul Volcker.

A chegada do ministro era esperada ontem com ansiedade, por causa do clima criado entre os bancos depois da decretação da moratória. Estra-oficialmente, vários banqueiros repetiram as críticas que vêm fazendo à decisão brasileira, reafirmadas num contundente editorial do mais importante jornal financeiro do mundo, o *The Wall Street Journal*. Enquanto isso, repercutiam as críticas de congressistas ao secretário Baker, que na

véspera defendera no Senado maior ajuda americana aos países endividados. A visita de Funaro vem sendo preparada há dias por dois homens que podem ser considerados no momento os mais importantes negociadores da dívida brasileira: o diretor de Dívida Externa do Banco Central, Antonio de Pádua Seixas, e o embaixador em Washington, Márcio Marques Moreira. Este participou durante a semana de diversas reuniões informais com executivos dos bancos e funcionários do governo americano, procurando explicar a nova posição brasileira.

"Não estamos negociando, mas esclarecendo", comentou Seixas ao sair de uma de suas conversas com membros do comitê de assessoramento da dívida, em Nova York. "A reação dos credores foi menos negativa do que se esperava", garante ele. "Alguns deles já esperavam pela decisão de suspender o pagamento dos juros, e talvez esperassem até medidas mais drásticas". Um dos banqueiros com quem

Seixas conversou disse à agência UPI que apenas ouviu o que o funcionário brasileiro tinha a dizer e que pretendia iniciar as negociações para valer quando Funaro chegasse. "Acho que março será um mês de negociações intensas com o Brasil", disse ele (na verdade, as negociações com os banqueiros ficarão para o presidente do Banco Central, Francisco Gros, que viajou junto com Funaro mas ficará em Nova York, sede dos grandes bancos, e não em Washington).

O porta-voz da embaixada brasileira, Pedro Luís Rodrigues, informou que a agenda do ministro prevê, além da reunião matutina com Baker, Volcker e Whitehead, encontros a tarde com o presidente do Banco Mundial, Barber Conable, e com o diretor do FMI, Michel Camdessus. As reuniões específicas com os banqueiros, segundo Rodrigues, estão previstas para a semana que vem, sob a coordenação de Gros, quando então serão apresentadas as propostas de reprogramação das dívidas e solicitação de novos empréstimos.

Compromissos
Falando ontem na Comissão de Orçamento do Senado, James Baker disse que a suspensão do pagamento de juros significa que o Brasil preocupa-se em evitar uma queda acentuada de suas reservas cambiais. Baker garantiu aos senadores que o Brasil pretende respeitar todos os seus compromissos financeiros e voltou a defender maior ajuda americana a países que, como o Brasil, têm dívidas altas e são importantes parceiros comerciais dos EUA.

Mas essa posição está sendo questionada por alguns congressistas, especialmente os de tendência mais conservadora. Enquanto Baker disse que o país deveria aumentar sua contribuição aos organismos multilaterais de ajuda externa, como Banco Mundial e Banco Interamericano de Desenvolvimento, alguns parlamentares acham que a administração Reagan já ajudou demais. "Os contribuintes americanos não podem mais subsidiar créditos a nações abertamente hostis", disse o senador Jesse Helms, conhecido por

suas posições de extrema-direita. No debate, Baker chegou a citar o próprio Volcker, para quem os remédios adotados até hoje para resolver o problema da dívida do Terceiro Mundo já são considerados "esgotados" e exigem "uma nova atitude". O secretário do Tesouro informou ainda aos congressistas que essa possível nova postura já foi discutida na reunião de cúpula dos seis países industrializados, ocorrida na semana passada em Paris.

Críticas
Aparentemente, governo e banqueiros americanos encontram-se em posições antagônicas diante da questão da dívida. O editorial de ontem do *The Wall Street Journal* teve um tom bem diferente da linguagem compreensiva e conciliatória de Baker e Volcker. "A moratória brasileira é uma manobra que pode ter agradado à esquerda", disse o jornal, "mas o Brasil não terá um futuro brilhante em sua economia até que comece novamente a atrair investimentos externos, em lugar de afastá-los".

Para o *Journal*, o Plano Cruzado não passou de um jogo monetário, mas "não faz sentido nenhum" em termos econômicos. "Controlar preços é fácil mas, como o senhor Funaro está aprendendo, restaurar algumas partes do mercado depois de um controle de preços é o mais difícil". Para o jornal, de um lado estão as nações devedoras, "com suas políticas improvisadas", e de outro os bancos, tentando forçar seus balanços. "A saída seria retirar os subsídios das estatais, mas os governos latino-americanos sempre acham isso difícil porque as estatais formam a base de seu poder político".

No caso do Brasil, o editorial ainda defende menor intervenção do Estado na economia, já que o setor privado funciona de forma bastante razoável para os padrões do continente. "A única maneira de o Brasil sair da desordem atual seria dar mais poder ao setor privado. Que mal poderia fazer ao Brasil se suas bem-sucedidas indústrias tivessem mais liberdade para fazer os seus negócios?", pergunta o editorial.

Londres fala em sensatez

A decisão do governo brasileiro de modificar os procedimentos no que diz respeito ao pagamento dos empréstimos externos de curto prazo, anunciada terça-feira, foi "uma medida sensata", e "mais sensata ainda" foi a intervenção — ou controle temporário — nos bancos estaduais do Rio de Janeiro, Mato Grosso, Santa Catarina, Maranhão e Ceará. Esta é a opinião predominante nos meios financeiros britânicos, mas há os que pensam diferente e as qualidades de "absolutamente desnecessárias".

Embora alegando que, oficialmente, nada sabem sobre as novas medidas, já que só tomarão conhecimento delas quando for necessária a renovação das linhas de crédito, funcionários de alguns dos bancos mais seriamente envolvidos com a dívida externa brasileira disseram que as mudanças anunciadas em Brasília contradizem o telegrama que receberam do governo, no qual está dito que não haveria qualquer alteração no que diz respeito aos empréstimos de curto prazo e às linhas interbancárias.

De qualquer forma, muitos deles deram a entender que o ministro Dilsun Funaro agiu corretamente ao fazer o que fez porque, embora os credores mais importantes do Brasil dificilmente tomariam uma decisão dessa natureza, ou seja, de cortar as linhas de crédito imediatas, os bancos menores poderiam ver-se tentados a fazê-lo, alegando que o governo Sarney violou um acordo ao suspender o pagamento dos juros da dívida brasileira de médio e longo prazo.

Ajustamentos
E, ao contrário do que foi noticiado em alguns jornais ingleses, os banqueiros acham que as medidas técnicas tomadas pelo Ministério da Fazenda complementando suas ações anteriores, não deverão ter qualquer impacto nas futuras negociações entre o Brasil e os bancos internacionais. "As negociações seriam deficiências de qualquer maneira" — declarou um deles —, "com ou sem as mudanças introduzidas pelo ministro Funaro, porque não vejo qualquer possibilidade de o Brasil conseguir mais dinheiro — e o Brasil vai precisar de mais dinheiro, não há dúvida alguma — sem acertar os pontos com o Fundo Monetário Internacional".

Outro funcionário disse que os bancos estão na expectativa com relação aos futuros planos do governo para reajustamento da economia, e que no momento não há nada o que possam comentar. Vamos ver o que o ministro Funaro vai apresentar na mesa, vamos ver que nova carta ele tem nas mãos, e aí sim vamos ter alguma coisa a dizer.

Quando à visita de Dilsun Funaro aos Estados Unidos e países europeus, o mesmo funcionário disse não ver nada de estranho no fato de ele vir conversar apenas com autoridades governamentais e não

com banqueiros. "Pode ser que ele converse individualmente com algum banqueiro, para uma troca de pontos de vista, mas ninguém está esperando que ele vá convocar os bancos para uma discussão coletiva".

Os banqueiros britânicos compartilham da opinião do secretário do Tesouro norte-americano, James Baker, segundo o qual os problemas com o Brasil serão resolvidos sem "grandes sobressaltos" para o sistema bancário internacional. "Os brasileiros são pragmáticos e nunca demonstraram qualquer interesse pela confrontação" — comentou um diretor. "Todo mundo sabe que a melhor maneira de resolver um conflito, sem que ninguém saia machucado, é conversando. Nós vamos conversar".

Na imprensa
A decisão de modificar o sistema de pagamento dos empréstimos de curto prazo, num total de US\$ 15 bilhões, foi interpretada pela imprensa britânica como mais um passo "na guerra de nervos" que está travando com os seus credores no Exterior.

O *Financial Times*, que deu a informação em manchete de primeira página, atribuiu a um banqueiro estrangeiro no Brasil a seguinte declaração: "Eu acho que dessa vez eles foram longe demais. Podemos estar vivendo as vésperas de uma tempestade. Ou a coisa se acalma ou a situação vai deteriorar-se rapidamente".

No pé da matéria, há uma nota dizendo que a nova crise da dívida externa do Terceiro Mundo, desencadeada pelo Brasil, provocou uma queda nas ações dos bancos britânicos. A queda maior verificou-se nas ações do Lloyd's Bank, que é o mais exposto em relação à dívida brasileira.

O *Daily Telegraph*, o chamado jornal do establishment, ignorou os acontecimentos no Brasil, mas o *Times* noticiou a decisão de Brasília e repercutiu as declarações do secretário do Tesouro norte-americano, James Baker, de que "a questão será resolvida satisfatoriamente entre o Brasil e os seus credores privados".

A notícia saiu também no *Independent* e no *Guardian*. Este último menciona o fato de outros países latino-americanos estarem enfrentando problemas e adverte para o perigo de que os bancos privados se vejam diante de uma situação difícil de manejar.

O *Guardian* comenta também a coincidência entre o agravamento da dívida externa dos países latino-americanos e a revisão que vem sendo feita na política do Fundo Monetário Internacional e seu impacto na economia das nações devedoras. Segundo o jornal inglês, de tendência liberal, a revisão poderia resultar numa mudança radical na atitude do FMI em relação ao Terceiro Mundo.

José Carlos Santana, de Londres



Ministro francês pede moderação

Realí Junior, de Paris

Os bancos comerciais internacionais devem adotar uma postura equilibrada e plenamente responsável em relação à dívida brasileira. Essa declaração, em forma de apelo à razão para evitar um confronto, foi feita pelo ministro de Economia e Finanças da França, Edouard Balladur, tendo em vista o endurecimento do tom empregado pelos bancos comerciais nas últimas horas, após um novo passo da escalada brasileira, definida como uma guerra de nervos, estendendo aos créditos de curto prazo o congelamento do pagamento dos juros, que já alcançavam os créditos de médio e longo prazo, conforme decisão anunciada na semana passada.

O ministro de Finanças da França, que deverá receber o ministro da Fazenda, Dilsun Funaro, na próxima terça-feira, às 11 horas, vem agindo como um "bombeiro", tentando contornar as principais dificuldades entre as autoridades brasileiras e os banqueiros. Não se pode esquecer que os quatro principais bancos franceses envolvidos com a dívida, Paribas, Crédit Lyonnais, BNP e Société Générale, atualmente em fase de privatização, ainda sofrem substancial influência do governo francês.

Para o ministro francês, o problema da dívida não é apenas econômico; ele está convicto da importância do aspecto moral: "Nós temos deveres em relação a eles. Esses países devem ajudar a si próprios, mas nós também devemos ajudá-los, principalmente aqueles que se encontram fortemente endividados porque foram incitados a isso". Edouard Balladur revelou também que leu com muita atenção o documento da Comissão de Justiça e Paz do Vaticano sobre o endividamento do Terceiro Mundo, intitulado "Uma reflexão ética do endividamento internacional", tendo determinado a seus serviços um estudo mais aprofundado das proposições que ele contém.

A seu ver, não se pode tratar os problemas dos países endividados como são abordadas relações normais entre credores e devedores ordinários. Isso porque a questão envolve condições de vida de dezenas de milhões de homens e mulheres e da estabilidade do país, muitas vezes importante para o equi-

líbrio mundial. Por isso, ele está convencido de que as considerações de ordem moral encontram-se com as de ordem econômica, pregando um tratamento equilibrado desses problemas. Para Balladur, os Estados credores que abordam os vários aspectos da dívida dos países em desenvolvimento através do Clube de Paris fazem e farão grandes esforços para ajudar a solucionar o problema.

Cartel dos devedores

O mais recente desdobramento da crise brasileira e sua repercussão no plano internacional, está levando a comunidade financeira a se preocupar novamente com a eventual formação de um cartel de devedores. Isso porque não é só na América Latina que o caso brasileiro ameaça transformar-se num exemplo, um caminho a ser seguido pelos demais endividados do continente. Ontem, nas áreas bancárias francesas corriam insistentes rumores de que as Filipinas poderiam também adotar a trilha traçada por Brasília. Esse temor explica a moderação de outros responsáveis por áreas financeiras, tais como o secretário do tesouro dos EUA, James Baker, e até Paul Volcker, o presidente da Reserva Federal.

Por outro lado, um banqueiro francês envolvido com a dívida brasileira mostrou-se cético quanto a possibilidade de constituição de uma "Opep dos pobres", dizendo que os interesses dos países são diferentes, quando não divergentes. Segundo a mesma fonte, esses países sabem que as medidas de represália podem ser mais nefastas do que as vantagens obtidas com uma moratória. Lembra que hoje em dia, os bancos internacionais estão muito mais preparados do que em 1982 para enfrentar uma crise dessa natureza. Por essa razão, ele está convencido de que a decisão do Brasil de suspender o pagamento dos juros esconde uma operação de política interna destinada a dar maior coesão à comunidade nacional, indispensável face à grave crise conjuntural que o País atravessa. Finalmente, disse que os demais países apenas utilizam "a locomotiva brasileira" para obter condições mais vantajosas no rescalamento de suas próprias dívidas.

Suíça: faltou realismo.

A oficialização do pedido de dinheiro novo no montante de US\$ 4 milhões, formulado pelo governo brasileiro à comunidade bancária internacional pouco antes da deflagração da moratória, continua a surpreender certos bancos por "falta de realismo" da equipe que dirige a economia brasileira.

A opinião generalizada no sistema financeiro é de que ficou bem mais difícil a obtenção de dinheiro novo por parte do Brasil, principalmente pelo temor que tomou conta de pequenos e médios bancos que não tiveram ou ainda não têm condições de aumentar seus ativos para a eventualidade de "problemas com os países devedores".

Um porta-voz do *Swiss Bank Corporation* sublinha que, de modo geral, a comunidade bancária mesmo antes da moratória "relutava muito" em examinar qualquer pedido de novos créditos por parte do Brasil, dado o montante de sua dívida — só menor que a norte-americana. Os bancos suíços, particularmente, mantêm a posição de que novos empréstimos representam "perda de dinheiro", e limitam sua posição a "acordos para o pagamento da dívida atual". Nesse contexto, vem a sugestão de capitalização dos juros: junta-se os juros à dívida total.

Por sua vez, um dos diretores-gerais do União dos Bancos Suíços, Guido Hanselmann, é crítico em sua análise: "O Brasil meteu-se pela primeira vez num problema de tal dimensão em razão do amadorismo dos que estão dirigindo a economia neste momento. Eis por que o Brasil caiu nessa". Agora, "precisamos ver as coisas com calma, e principalmente com...seriedade".

Ver as coisas com seriedade — palavra aliás bastante repetida em Zurique — significa o Brasil examinar com realismo seu retorno ao FMI. A posição dos bancos, lembra um economista, é que antes de fornecer novos recursos, precisam assegurar-se de que "programas de ajuda" foram efetivamente concluídos entre o Brasil e instituições internacionais. Eis por que os bancos frisam que a saída para o problema da moratória brasileira será política: a nível interno, o presidente Sarney às voltas com o re-

torno ao FMI; e a nível externo, os EUA dando ou não novo apoio para o País livrar-se dos condicionamentos dos empréstimos.

De fato, recorda-se em Zurique que o Brasil só conseguiu a promessa de reescalonamento da dívida pública até julho próximo, no âmbito do Clube de Paris, sem antes passar por um acordo com o FMI, em razão da firme intervenção do governo norte-americano. E agora, que os bancos norte-americanos encontram-se ameaçados pela moratória brasileira — eles têm US\$ 24 bilhões emprestados ao País —, como fica?

Uma coisa é certa, comenta um economista que não faz outra coisa senão acompanhar a economia brasileira para um banco credor: o Brasil terá que mostrar...seriedade. Esse economista menciona repetidas vezes o ex-presidente do Banco Central, Afonso Celso Pastore, que em recente palestra a bancos, em São Paulo, teria demonstrado como o Plano Cruzado fora feito "sem realismo".

"A verdade — observa esse economista — é que disseram que o déficit público estava zerado e não estava. A massa monetária explodiu. Enfim, será que o Brasil não percebe que ele é observado de fora e que a falta de seriedade no mercado interno prejudica-o no Exterior?"

O que esperar, pois, das negociações entre Brasil e a comunidade bancária? Na visão dos bancos, o País precisará suspender a moratória ou ao menos não deixar que ultrapasse três meses. Nesse período, mostrar medidas efetivas de ajustamento — mais ou menos o receituário do FMI: redução do ritmo de crescimento monetário e limitação dos empréstimos do setor público, para combater a inflação. Depois, para reduzir o déficit orçamentário, limitação das despesas públicas e aumento de impostos.

O grau da adoção dessas medidas seria determinado pelo governo brasileiro, comprometendo-se a...seriedade levá-las adiante. Eis o que certos bancos continuam a dizer. Outra coisa é certa: se houver dinheiro novo para o Brasil, ele virá provavelmente através de cofinanciamento com o Banco Mundial. Assis Moreira, de Zurique

Volcker elogia Argentina

Antes que os negociadores argentinos anunciassem qualquer resultado das conversações mantidas em Nova York com os bancos privados credores para a obtenção de novos financiamentos, a apreciação do presidente norte-americano da Reserva Federal, Paul Volcker, sobre o congelamento temporário de preços anunciado na véspera em Buenos Aires já indicava o rumo das negociações: "A Argentina deu um passo construtivo e cooperativo de sua parte, que está em consonância com os financiamentos que o país necessita", afirmou Volcker, perante a Câmara de Representantes em Washington.

O conjunto de medidas adotadas pelo ministro argentino da Economia, Juan Sourrouille — que inclui um aumento médio de salários de 4%, a desvalorização do austral em 6,1% e aumento do preço dos combustíveis de 15%, além do congelamento de preços —, foi visto por Volcker como um meio de "salvar o programa básico que (os argentinos) já haviam adotado antes". "As vezes", considerou ainda o presidente da Reserva Federal, "os países necessitam de 'tratamento de choque' para corrigir suas economias." Referindo-se depois ao Brasil e à suspensão do pagamento dos juros da dívida externa anunciada pelo presidente Sarney, Volcker disse considerar que o nosso país tem uma economia potencialmente forte e que poderia recuperar-se e reiniciar os pagamentos.

Dívida sobe, reserva cai.

A dívida externa global do Brasil em março de 1986, estava em US\$ 107,917 bilhões, com um crescimento em relação ao estoque de dezembro de 1985 de 2,7%, quando os débitos somavam US\$ 105,126 bilhões. As reservas internacionais no conceito de caixa chegaram em outubro último a US\$ 5,566 bilhões, com um decréscimo de US\$ 1,2 bilhões em relação a setembro. No conceito de liquidez, as reservas caíram US\$ 1 bilhão — de US\$ 9,025 bilhões em setembro para US\$ 8,006 bilhões em outubro. Ao falar na televisão, na semana passada, o presidente José Sarney informou que as reservas do País es-

tavam em US\$ 3,912 bilhões no conceito de caixa — indicando que tal cifra se referia a dezembro de 1986.

Os números do Banco Central indicam que a dívida brasileira para com os bancos estrangeiros, enquanto a dívida registrada para com não-bancos (instituições oficiais) atingiu 29,9 bilhões.

O BC estima que cerca de 60% do crescimento da dívida externa brasileira deveu-se à desvalorização do dólar norte-americano em relação às demais moedas, o que aumentou o equivalente em dólares dos créditos contraídos nessas moedas.

Amato prepara documento

Um documento, que já foi chamado ontem nos corredores da Fiesp de "pacote Bakunin", está sendo cuidadosamente elaborado por Mário Amato, presidente da Federação. O documento só será divulgado depois do carnaval, "até lá não quero falar disso com vocês", disse Amato dirigindo-se aos jornalistas. Mas, segundo o líder empresarial paulista, "trata-se de um resumo de toda a conversa que mantive com o presidente Sarney".

Questionado sobre suas divergências com o presidente Sarney — que o recebeu nesta terça-feira pela primeira vez desde que chamou os líderes empresariais de anarquistas e discípulos de Bakunin — Amato respondeu que "o País está acima de nós" e que o encontro foi

"muito cordial". Reafirmando que, com Sarney, defendeu o direito dos empresários de fazerem críticas à política econômica conduzida pela equipe federal, o presidente da Federação, o documento só será divulgado depois do carnaval, "até lá não quero falar disso com vocês", disse Amato dirigindo-se aos jornalistas. Mas, segundo o líder empresarial paulista, "trata-se de um resumo de toda a conversa que mantive com o presidente Sarney".

Questionado sobre suas divergências com o presidente Sarney — que o recebeu nesta terça-feira pela primeira vez desde que chamou os líderes empresariais de anarquistas e discípulos de Bakunin — Amato respondeu que "o País está acima de nós" e que o encontro foi

DETTETIVE NORBERT KOCH
Desde 1.952 Invest. e Grav. Sigu-
lissas English Spoken fone: 258-
9832.

SOLITÁRIO (A)
Excursão p/ Cabo Frio
e Búzios no CARNAVAL
3 pagtos. iguais s/ juros
Fone 211-6375

É O MÁXIMO

agência
ESTADO

CASSINO PAULISTA
RUA IGUAQUEMI, 444
FONE: 280-6003
APÓS 18:00 HS.

VÍDEO POKER - PIANO BAR